

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E
SEGURANÇA INTERNA**



**Videovigilância no espaço público em Portugal:
em busca de um rumo**

Autor: Luis Manuel Alves Fernandes Moreira

Orientador: Superintendente Hélder Valente Dias

Projecto de Trabalho Individual Final

4.º Curso de Direção e Estratégia Policial

Lisboa, 9 de Junho de 2017



Aluno: Luis Manuel Alves Fernandes Moreira
Orientador: Superintendente Hélder Valente Dias
Título (100 caracteres)
Videovigilância no espaço público em Portugal: em busca de um rumo
Objectivos de investigação (500 caracteres)
<p>Perceber de que modo a videovigilância no espaço público pode ser utilizada, de forma adequada e eficaz, para a protecção da segurança das pessoas.</p> <p>Perceber de que forma pode a polícia potenciar as vantagens da videovigilância do espaço público para protecção da segurança das pessoas.</p> <p>Identificar as causas que têm obstado a uma maior utilização de videovigilância no espaço público em Portugal.</p> <p>Analisar a legislação que regula o uso de videovigilância no espaço público em Portugal e perceber se a mesma permite uma utilização adequada e eficaz pela polícia.</p>
Breve contexto da investigação – estado da arte (750 caracteres)
<p>A segurança constitui um direito fundamental e uma obrigação primordial do Estado. Numa era de incomparável desenvolvimento tecnológico, de recursos crescentemente escassos e de uma busca constante por maior eficácia e eficiência, a videovigilância em locais públicos surge como uma alternativa para a manutenção da ordem e da previsibilidade.</p> <p>A introdução da videovigilância no espaço público em Portugal iniciou-se há pouco mais de uma década. Aparentemente, tem sido um caminho com mais recuos do que avanços e norteador por um debate pouco esclarecido e excessivamente polarizado na contraposição entre dois valores essenciais à constituição de um Estado de Direito: a liberdade e a segurança.</p> <p>De um lado, temos os argumentos daqueles que consideram a videovigilância um êxito inquestionável e, em certa medida, uma inevitabilidade e o <i>preço a pagar</i> por mais segurança e, do outro lado, os argumentos daqueles que a entendem como uma medida intrusiva da privacidade, susceptível de comprimir para além do aceitável direitos fundamentais, capaz de nos colocar no caminho da <i>sociedade da vigilância</i> em nome da sacralização da segurança.</p> <p>Constituindo, hoje, a tecnologia uma solução adequada para quase tudo, não se concebe que ela não possa ou não deva ser utilizada também, de forma adequada e perfeitamente equilibrada, para fins de segurança pública.</p>

Definição do problema de investigação (250 caracteres)

As alterações sociais, a reconfiguração do espaço público e as novas ameaças e riscos reclamam soluções distintas das tradicionais para fazer face a exigências crescentes no âmbito da segurança.

O desenvolvimento tecnológico proporciona soluções de base tecnológica, como a videovigilância, que permitem ampliar a capacidade de vigilância das polícias e, consequentemente, a protecção dos cidadãos.

Em face disso, colocam-se-nos as seguintes questões: De que forma pode a polícia potenciar o uso de videovigilância do espaço público para protecção da segurança das pessoas? A legislação que regula o uso de videovigilância no espaço público permite uma utilização adequada e eficaz desta solução tecnológica pela polícia?

Método (recolha e análise de dados) (500 caracteres)

Dada a quase inexistência em Portugal de trabalhos de investigação nesta área, o trabalho que nos propomos realizar será desenvolvido através de uma metodologia própria dos estudos exploratórios, com cariz essencialmente qualitativo, pois aquilo que realmente se pretende é aprofundar o conhecimento sobre as potencialidades desta tecnologia para protecção da segurança das pessoas. Procederemos ao levantamento do estado da arte através da revisão da literatura que nos permita sustentar e fundamentar a exposição. Como técnicas de recolha de dados, propomo-nos utilizar a análise documental e a observação participante. No primeiro caso, trataremos de analisar os principais instrumentos legislativos que regulam a utilização de videovigilância no espaço público e a protecção de dados pessoais; os relatórios e pareceres de instituições comunitárias e nacionais ligadas à protecção de dados pessoais, nomeadamente os pareceres da Comissão Nacional de Protecção de Dados e, bem assim, a bibliografia recolhida, os artigos de imprensa escrita e textos de revistas relevantes para um maior aprofundamento do conhecimento do tema em análise. No segundo caso, iremos socorrer-nos da nossa experiência profissional e da observação participante que fomos realizando no desempenho das nossas funções.

Cronograma (250 caracteres)

N.º	TAREFA	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Elaboração do projecto	X						
2	Leitura e recolha de dados	X	X					
3	Análise e interpretação		X	X				
4	Redacção do trabalho			X	X			
5	Formatação e revisão				X			
6	Entrega do TIF				X			
7	Defesa							X

Bibliografia

- Agustina, J. (2010). *Tendencias en prevención del delito y sus limites: Privacidad y dignidad humana frente al uso de las nuevas tecnologías*. Madrid: Edisofer, S.L..
- Andrade, J. (2009). *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 4.ª ed. Coimbra: Almedina.
- Bauman, Z. (2009). *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Carmo, H. & M. Ferreira (2008). *Metodologia da investigação: Guia para a auto-aprendizagem*, 2.ª ed. Lisboa: Universidade Aberta.
- Castro, C. (2005). *Direito da informática, privacidade e dados pessoais*. Coimbra: Almedina.
- Clemente, P. (2006). *A Polícia em Portugal*. Oeiras: INA.
- Dias, H. (2012). *Metamorfoses da Polícia: Novos paradigmas de segurança e liberdade*. Coimbra: Almedina.
- Dinis, A. (2009). Videovigilância na Ribeira do Porto: projecto pioneiro promove segurança na via pública. *Instalação Profissional*, 25, 16-22.
- Etzioni, A. (2012). *Los límites de la privacidad*. Madrid: Edisofer, S.L..
- Fernandes, A. (2004). *Direitos Humanos e Cidadania Europeia: Fundamentos e Dimensões*. Coimbra: Almedina.
- Frade, J. (2008). *A videovigilância como limitação de direitos de personalidade* (Dissertação de Mestrado). Universidade Autónoma, Lisboa.
- Frois, C. (Org.) (2008). *A sociedade vigilante: ensaios sobre identificação vigilância e privacidade*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Frois, C. (2011). *Vigilância e Poder*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Guerra, A. (2005). A utilização de sistemas de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos: reflexões sobre a Lei 1/2005, de 10 de Janeiro. *Revista do Ministério Público*, 103, 39-63.
- Innerarity, D. (2010). *O Novo Espaço Público*. Lisboa: Teorema.
- Madaleno, P. (2007). *Videovigilância em locais públicos: um novo paradigma de prevenção criminal* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Nunes, M. (2011). *Videovigilância – da prevenção à repressão: questões de violação da privacidade e valia probatória* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- O'Hara, K. & Shadbolt, N. (2009). *O Espião na máquina do café: o fim da privacidade tal como a conhecemos*. Lisboa: Plátano Editora.
- Quivy, R. & Van Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*, 5.ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Rodotà, S. (2008). *A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Santisteban, X. (2010). *Videovigilancia, Seguridad Ciudadana y Derechos Fundamentales*. Pamplona: Civitas.
- Silva, J. (2013). *Videovigilância – CCTV: câmaras fixas em locais públicos de*

utilização comum – estudo de caso da Zona Histórica de Coimbra (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Uribe, C. (2006). *Derecho a la Intimidad y Videovigilancia Policial*. Madrid: Laberinto.

Valente, M. (2009). As novas tecnologias de prevenção criminal e o urbanismo: o caso da videovigilância. In M. Valente (Org.), *Urbanismo, Segurança e Lei*, Tomo II. Coimbra: Almedina.

Lisboa e ISCPSI, 9 de Junho